



República de Moçambique

**INTERVENÇÃO DE MOÇAMBIQUE NAS REUNIÕES
INTERSESSÕES DA CONVENÇÃO DE PROIBIÇÃO DE MINAS
ANTIPESSOAL**

GENEBRA, DE 19 A 21 DE JUNHO DE 2023

Sr. Presidente,

Ilustres Delegados;

Minhas senhoras e meus senhores

Em primeiro lugar, gostaria, em nome da delegação da República de Moçambique expressar o nosso apreço pela calorosa hospitalidade prestada e pela excelente organização deste importante evento.

Sendo a primeira vez que tomo a palavra na presente sessão, permitam-me antes felicitar ao presidiu e aos membros do Secretariado da Convenção pela boa forma como estão a conduzir esta reunião.

As reuniões intersessões da Convenção de Proibição de Minas Antipessoal são de particular importância pois constituem uma oportunidade para apresentar, partilhar experiências e fazer actualização sobre os progressos alcançados na implementação da Convenção, em particular na destruição de minas antipessoal em áreas minadas e assistência às vítimas, numa altura em que se caminha para o ano de 2025, estipulado para o fim das minas no mundo.

Com o aproximar de 2025, ainda nos preocupa o uso de artefatos por grupos armados que tentam prejudicar as acções de desenvolvimento nos diferentes países com enormes prejuízos para as populações onde tem deixado vítimas.

Sr. Presidente,

Ao longo destes ultimos tempos, maior atenção tem sido dado a assistência as vitimas de casos que possam surgir, baseada nos instrumentos normativos aprovados, na qual o governo presta o apoio a todas as pessoas sem qualquer tipo de discriminação.

O Plano de Acção de Maputo insta os Estados membros a priorizar a assistência às vítimas de minas, e o governo de Moçambique no âmbito da protecção social básica opera a Estratégia Nacional para a Segurança Social Básica 2016-2024, com a implementação de programas específicos que visam a prevenção de riscos sociais, assistindo beneficiários em situação de vulnerabilidade, com enfase ao Programa de Subsídio Social Básico através de transferências monetárias a individuos ou agregados familiares, incluindo pessoas com deficiência, onde fazem parte as vítimas de minas.

Na assistencia, podemos destacar os programas de reabilitação física e apoio psicossocial disponíveis nos Centros Ortopédicos e nos serviços de Fisioterapia para o atendimento de pessoas com deficiência, o programa de Reabilitação Baseada na Comunidade (ABC) com abordagem integrada de serviços (educação, saúde, assistência social e outros) que visa melhorar as necessidades básicas das pessoas com deficiência e vítimas de minas em particular

O governo prioriza a criação de condições para atendimento à pessoa com deficiência e vítima de minas em situações de emergências em resultado de calamidades naturais ou conflitos armados acolhidos nos centros de acomodação. Os casos são registados com atendimento prioritário às necessidades específicas.

Na implementação de projectos socio-económicos e na formação técnico-profissional é garantida inclusão de pessoas com deficiência que desenvolvem o auto-emprego e projectos de geração de

rendimentos. Em 2021 foram formadas em diferentes áreas 154 (cento e cinquenta e quatro) pessoas com deficiência, onde 18 (dezoito) pessoas estão inseridas no emprego, 26 (vinte e seis) no autoemprego e os restantes no negócio informal de geração de rendimento.

Ao cumprir os planos e programas, reconhecemos algumas instituições públicas e privadas que assumem as vítimas de minas e pessoas com deficiência como seus trabalhadores numa perspectiva de não deixar ninguém para trás.

Sr. Presidente,

Antes de terminar, gostaria de referir que o país tem se empenhado para o cumprimento do Plano de Acção de Oslo, porém importa destacar os desafios que ainda persistem no que diz respeito a remoção de barreiras como as atitudes que se manifestam em determinadas situações.

Outro desafio que ainda persiste está relacionado ao estabelecimento de um banco de dados que inclua informações específicas sobre pessoas mortas, vítimas de minas por sexo e suas necessidades e disponibilidade de recursos suficientes para atender as necessidades das vítimas.

A terminar, Senhor Presidente, reiteramos o compromisso do Governo de Moçambique de continuar a implementar a Convenção para o bem de todos, ao mesmo tempo que felicita aos Estados-parte pelo seu engajamento para que cheguemos a 2025 com um mundo livre de minas.

Pela atenção dispensada o meu muito obrigada!